

O MPLA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA: DO CONTROLE DOS DISCURSOS DE OPOSIÇÃO À REPRESSÃO NO “27 DE MAIO DE 1977”

*The MPLA in the process of transition to Independence in Angola: of control from
opposition discourse to repression on “may 27, 1977”*

Giselda Brito Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, Brasil

Resumo

Neste trabalho, procuramos abordar alguns pontos centrais dos confrontos entre líderes e militantes do MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), considerado um dos movimentos mais importantes das lutas de libertação de Angola, pelo seu comando na independência e o que assume o poder pela Presidência. Conforme procuraremos demonstrar, ao longo do trabalho, trata-se de confrontos internos no MPLA que transitaram dos primeiros confrontos político-ideológicos e discursivos pelas questões étnicas e de liderança, entre os anos 1960-74, para a institucionalização da repressão política e social de militantes e ex-militantes opositores aos dirigentes do MPLA, que assumiram o poder do Estado depois de 1974. Como o demonstram as memórias e depoimentos publicados na imprensa angolana, estes eventos são ainda hoje evocados por uma parcela da população angolana, que cobra do governo do MPLA, ainda no poder, respostas aos questionamentos dos destinos de presos e assassinados, depois do 27 de maio de 1977, e reparações históricas sobre o que de fato teria acontecido, evidenciando-se as lacunas destes eventos na história de Angola.

Palavras-chave: Angola. MPLA. Divergências.

Abstract

In this work, we try to approach some central points of the clashes between Angolan leaders and militants the MPLA (Popular Movement for the Liberation of Angola), considered one of the most important movements of the liberation struggles of Angola, for its command in the independence and what assumes the power by the Presidency. As we will try to demonstrate, throughout the work, these are internal confrontations in the MPLA that moved from the first clashes and political-ideological and discursive confrontations by ethnic questions and leadership, between the years 1960-74, to the institutionalization of the political and social repression of militants and ex-militants opposing the MPLA Leaders, who took over state power after 1974. As the memoirs and testimonies published in the angolan media demonstrate, these events are still evoked today by a portion of the angolan population, who demand from the MPLA government, still in the power, answers to questions about the destinations of those arrested and murdered after May 27, 1977, and historical reparations about what actually happened, highlighting the gaps of these events in the history of Angola.

Keywords: Angola. MPLA. Dissidents.

INTRODUÇÃO

Nos estudos do perfil político-ideológico dos intelectuais que assumiram a liderança do processo de independência de Angola, no âmbito do MPLA, vamos observando que o foco contra um inimigo em comum, o colonizador, foi se modificando ao longo do processo da independência, “desdobrando-se num novo ambiente de disputas internas entre dirigentes pelo poder de decisões dentro do MPLA”. (DIREITO, 2020) De acordo com relatos, num dado momento se foi percebendo que, “já não era a luta contra o colonialismo português, mas uma guerra mais complexa, com grupos de angolanos em campos opostos e tomando uma dimensão internacional, traduzida no terreno pelo envolvimento de forças aliadas dos diferentes campos”.¹

As disputas de poder dentro do MPLA, conforme tentaremos destacar, davam-se basicamente pelo fato dele ter sido idealizado, organizado e dirigido por intelectuais e lideranças tradicionais de diferentes posições sociais e político-ideológicas, que os permitia aproximações para a luta anticolonial, mas, abria outras questões nos planos de comando das ações e do processo da independência para liderança do Estado-nação-raça.

Com base nos relatos e entrevistas, assim como na documentação consultada, ladeados por uma historiografia do tema, visualizamos focos das disputas e confrontos, em torno das seguintes questões: a) em começos dos anos 1960, o confronto entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto, envolvendo as questões étnicas e sua relação com os cargos de comando; b) depois de 1974, da independência, a oposição do grupo da Revolta Activa contra as posturas centralizadoras e autoritárias de Agostinho Neto; e c) em 1976-1977, as pretensas ameaças de golpe de Estado de Nito Alves e seu grupo e a repressão desencadeada pelo Estado e sua polícia, a DISA, a partir de 27 de maio de 1977, resultando em prisões, exílios e mortes de todos que fizeram oposição à Agostinho Neto e ao MPLA.

Conforme já adiantamos, os confrontos entre 1960 e 1974, deram-se no campo do embate político-ideológico e discursivo-doutrinário, entre dirigentes e militantes disputando posições de comando no MPLA, alimentada pelas questões étnicas e as acusações contra o perfil de Agostinho Neto na condução das questões. Neste período, um grupo de líderes-intelectuais e da Frente Leste do MPLA se mobilizam na “Revolta Activa”. Depois de 1974, com

¹ “Documentário: Nos trilhos da Independência -90 dias pelo Leste de Angola”. Diário de Viagem – ATD (Associação Tchiweka de Documentos) *Novo Jornal*, 06 de setembro de 2013.

a independência de Angola e a subida de Agostinho Neto à Presidência da República, os confrontos tomam outro rumo. A partir daí, Agostinho Neto e os dirigentes do MPLA mobilizam as instituições policiais e de controle político e social para o combate das oposições e da agitação que crescia entre as comunidades rurais e da capital, que participaram das lutas e reivindicavam seus lugares na nova nação.

Para José Milhazes (2013), jornalista português, é importante compreender estes conflitos no interior do MPLA no ambiente internacional da Guerra Fria. Os líderes e dirigentes do MPLA se encontravam numa relação cruzada entre os dois polos principais de apoio à independência e formação do Estado nacional: a União Soviética e o Estado revolucionário português, depois do 25 de abril. Para Milhazes (2013), as visitas iniciais de dirigentes do MPLA à Moscovo, Mário de Andrade, como presidente interino e Viriato da Cruz, como secretário-geral [MPLA], em 1961, depois, Agostinho Neto, com ajuda do Partido Comunista Português, foram despertando as preocupação e desconfiças de dirigentes soviéticos, quando receberam informes de divergências internas entre Agostinho Neto, de um lado, e Mário de Andrade e Viriato da Cruz do outro, resultando no afastamento de Mário de Andrade da Presidência e na saída de Viriato da Cruz, com repercussões negativas entre outros militantes do MPLA.

Segundo relatos por ele analisados, conforme veremos mais adiante, entre 1976-1977, a União Soviética passou a acompanhar de perto os desdobramentos dos confrontos no interior do MPLA, ampliando o clima de ameaça sobre a liderança de Agostinho Neto que reage contra os defensores de um Estado soviético em Angola. Em 1973, Agostinho Neto vai a Moscovo, já à frente de uma delegação do MPLA, para pedir apoio à direção soviética para barrar os entraves promovidos pela FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Na ocasião, ele também teria se queixado de “comportamentos estranhos de algumas pessoas que tentavam se utilizar do tribalismo e do regionalismo, causando tensões no interior da organização”. Contudo, outros líderes também vão se articulando com Moscovo, causando desconfiança em Neto, que reforça seus diálogos com os revolucionários de Portugal. (MILHAZES, 2013, cap. 1)

Para Jean-Michel Mabeko-Tali, historiador angolano, para compreender estas divergências internas do MPLA, é importante também considerar que havia várias frentes de liderança, formando diferentes grupos e reivindicações posicionados numa frente anticolonial que, uma vez tendo avançado nesta questão central, outras surgiriam. Ele reflete que havia

vários MPLAs. Havia o MPLA de gente que atuou na base do movimento; de gente que ingressou depois e passou a fazer parte no processo das lutas; de gente que fugiu da repressão que se seguiu a 1961; de gente que já vivia lá no Congo; de gente de contatos políticos, e outros de gente mais humilde.²

Estas divergências e disputa entre as lideranças do MPLA, a pressão externa, além das disputas entre outros movimentos e partidos, mantiveram as comunidades de Angola numa guerra interna, em meio à guerra contra o colonizador e na sequência. Paralelamente, as comunidades rurais e as populações das cidades foram vendo suas reivindicações e questões se dissipando em meio aos confrontos das elites dirigentes do movimento que acende ao poder, tornando-se campo de recepção das orientações de líderes que falavam pelas massas. Conforme veremos ao longo deste trabalho, as questões étnicas passariam a estar presentes em todos os confrontos no interior do MPLA, sem que fossem ouvidas.

O INÍCIO DOS CONFRONTOS ENTRE 1960-1974

Com base nos documentos de controle e vigilância da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), Dalila Cabrita Mateus & Álvaro Mateus (2015) afirmam que, já no começo dos anos 1960, podia-se observar que o racha no interior do MPLA indicava a presença de “dois MPLAs” que disputavam o lugar do comando, absorvendo outros grupos de reivindicações menores. Em 1960, a sigla MPLA foi declarada abertamente no CONACRI, com Mário Pinto de Andrade presidente e Viriato da Cruz, secretário-geral. Em 1962 o MPLA já aparece sob a presidência de Agostinho Neto. Contudo, Mário de Andrade continuaria sendo uma voz de orientação político-ideológica entre militantes do MPLA, refletindo as questões étnicas herdadas do colonialismo e o projeto de formação da consciência nacional. Agostinho Neto dava pouca importância ao tema da mestiçagem, em alguns momentos declara que este tema “não existe como prioridade”, como veremos em sua fala mais adiante. Na Presidência do MPLA, ele organizou a I Conferência Nacional do MPLA, indicando mais mestiços do que negros para cargos, reacendendo as reivindicações étnicas que questionavam suas indicações: “dois negros secretários: Matias Miguel e o reverendo Domingos da Silva mais quatro

² Cf. *Entrevista*. “Jean-Michel Mabeko-Tali - Mar de Letras”. Lisboa, 4 de julho de 2018. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=MWbLy8HPYAQ> Canal YouTube do Prof. Alberto Oliveira Pinto. [Acesso em 10/05/2023]

“mestiços”: o próprio Mário de Andrade, Lúcio Lara, Aníbal de Melo e Iko Carreira. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 27-28)

Na Conferência, ocorreu então a primeira crise do MPLA, com Viriato da Cruz, um dos personagens que atuava na divergência étnica, propondo um recuo tático dos não negros nos órgãos de direção, sacrificando-se a si mesmo para dar exemplo. Mário de Andrade também havia se afastado dando seu lugar à Neto, considerando-o mais apto à posição. Em resposta, Agostinho Neto não modificou suas indicações e defendeu os princípios fundamentais de um “não racismo” no MPLA. Paralelamente, outros temas, envolvendo lugares de universitários e não universitários no MPLA, foram aprofundando o confronto entre Viriato e Neto. Estas duas posições começam a se destacar, abrindo duas vertentes no interior do MPLA: a de Viriato e a de Neto. Pressionado, Viriato abandona o MPLA e entra na FNLA, depois sai e se exila na China até sua morte. Mas, o racha deixou suas marcas, porque envolvia outros personagens que eram aliados de um lado e de outro, a exemplo de Mário de Andrade. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 28-29)

Mesmo no exterior, Agostinho Neto continuava concentrando mais poder dentro do MPLA. A partir de 1962, seguia nomeando e demitindo personalidades e membros, controlando o dinheiro para funcionamento dos departamentos sem prestações de conta, controlando estratégias e ações dos rumos da luta para a independência. Segundo Dalila Mateus e Álvaro Mateus, o Presidente do MPLA foi assumindo cada vez mais posturas de “centralismo e bem pouca democracia”. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 29) Nesta posição de comando de militantes do MPLA, em 1963, Agostinho Neto estabelece conversações com as autoridades portuguesas, conseguindo apoio para retornar a Angola, juntamente com seu grupo. Nestas conversas, Agostinho Neto, antes conhecido pela PIDE como membro do PCP (Partido Comunista Português) e dirigente do MUD (Movimento de Unidade Democrática), faz novas declarações, indicando outros posicionamentos político-ideológicos. Ele declara que

não é comunista, nem sequer marxista, lutando apenas por um ideal democrático. Aceita não discutir ou sequer falar de autodeterminação ou independência. E apresenta uma proposta de agenda em que se incluem questões políticas como as eleições legislativas, um estatuto próximo da lei-quadro francesa e a existência de partidos, assim como o regresso de desertores e a libertação de presos políticos. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 31).

Já no comando do MPLA, em Angola, ele enfrenou outro conflito étnico. A partir de 1969, com a rebelião de guerrilheiros da etnia mbundu, conhecida como *Revolta do Jibóia*, nome de seu líder Barros Freitas. Em 1970, outro grupo guerrilheiro avança sobre Ndande, fazendo exigências em defesa das etnias do Leste. Em fevereiro do mesmo ano, foi a vez da rebelião de guerrilheiros da etnia quiocos, num campo de Lusaka. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 33)

Na primeira metade da década de 1970, portanto, as dissidências étnicas se aprofundaram, evidenciando muitas contradições entre os discursos e as práticas no comando dirigente do MPLA, já que evocavam as comunidades para as lutas de libertação de Angola para contra a exploração colonial, prometendo a formação de um governo com o povo, sem que estes fossem sendo atendidos em suas reivindicações ao longo do processo. Nestes momentos, os líderes que falavam pelas massas seriam acusados de subversão e insubordinação, e que estariam se organizando em conspirações contra Agostinho Neto e o MPLA, envolvendo-se com os grupos tradicionais bundus do Leste e Centro e outro do Norte pelos Cabindas. Estes incidentes começam a provocar “desvios” de militantes do lado de Agostinho Neto para o lado dos líderes da oposição. (MATEUS; MATEUS, 2015, p. 34)

Em meio a estes problemas, outro grupo, pertencente aos quadros político-militares do MPLA, orientados por intelectual regressado da China, Gentil Vianna, tentam um “Movimento de Reajustamento”, que seria uma proposta de mediação de conflitos entre Agostinho Neto e outros líderes. Contudo, Agostinho Neto reforça sua posição centralizadora e antidemocrática, aprofundando as divisões no interior do MPLA. É neste momento, que se forma o grupo da “Revolta Activa”, deliberando por reformas hierárquicas e estruturais na administração do MPLA, afirmando-se em defesa da Democracia e de mudanças na Gestão do MPLA. (FIGUEIREDO, 2012, p. 338)

Pela documentação, vamos verificando as reações de Agostinho Neto com vários pronunciamentos e articulações internas e externas em defesa de sua posição de Presidente, acusando os revoltosos de “Fraccionistas”, “Tribalistas” e conspiradores que ameaçavam o projeto de unidade nacional e da independência, como veremos ao longo de suas reações.

AS QUESTÕES ÉTNICAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

As questões étnicas estavam presente nas reivindicações e expectativas da população em torno da formação do novo Estado com a independência, todos que participaram das lutas almejavam reconhecimento. O processo da formação nacional estava sob as orientações de Agostinho Neto e seu grupo, que deliberavam para o comando de um único grupo no controle do Estado-nação. Outras lideranças, que atuavam em regiões junto às comunidades rurais, alimentavam outros projetos de organização de Estado, incorporando as expectativas das populações negras que havia participado das lutas de libertação.

É o caso do grupo liderado, inicialmente, por Daniel Chipenda, “um dos poucos umbundos nos altos escalões do MPLA que havia comandado a Revolta do Leste”, e que incorpora outros descontentamentos de dirigentes do MPLA. O grupo do Leste elegeu Chipenda para Presidente do MPLA. Como não obteve o apoio de Agostinho Neto, ele procurou se alinhar com a FNLA, seguindo o mesmo percurso de Viriato da Cruz. (FIGUEIREDO, 2012, p.338-339) Outros do Leste seguem para a Revolta Activa, produzindo e propagando manifestos orais e escritos em defesa da democracia e de mudanças no âmbito do MPLA, organizando de forma mais sistemática a oposição ao autoritarismo de Agostinho Neto e seu grupo no comando do novo Estado-nação angolano.

Para que possamos compreender melhor a complexa relação entre raças e o projeto de Estado-nação, num espaço produzido pelas leis do racismo e da dominação colonial sobre as comunidades étnicas, e que passam a ser mobilizadas por alguns líderes do povo, sugerimos o trabalho de Fábio Baqueiro Figueiredo (2012). Para ele, a complexidade do processo de libertação colonial em Angola, antes e depois da independência, caracterizava uma situação comum a outros espaços africanos nos quais os processos de descolonização estavam divididos entre dois ou mais movimentos, que disputavam o reconhecimento da comunidade internacional e da população.

Em seu trabalho de doutoramento, “Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980”, ele destaca a importância de algumas abordagens também analisar os desdobramentos em termos de alinhamento internacional, no fluxo da Guerra Fria, e em termos das dinâmicas internas da raça, sua função nos regimes de supremacia branca a continuar se combatendo e sua pertinência para os apelos de mobilização popular e solidariedade pan-africana. (FIGUEIREDO, 2012, p. 116)

Apoiado em Patrick Chabal, Fábio Baqueiro Figueiredo defende a importância de se perceber que “para além das guerrilhas, haveria uma coincidência de origem social, disposição geral, motivações e objetivos, e mesmo das linhas de oposição internas, entre os nacionalistas angolanos, guineenses e moçambicanos e seus pares das antigas colônias belgas, inglesas e francesas”. (FIGUEIREDO, 2012, p.116) Ou seja, ele chama a atenção para a importância de se perceber a formação de um “nacionalismo étnico”, como fundamental para uma maior compreensão da questão da mestiçagem nos conflitos no interior do MPLA.

Para isso, Fábio B. Figueiredo sugere que se observe o perfil dos representantes do MPLA, assim como da PAIGC e FRELIMO, e o dato deles terem ocupado posições resultantes de situações construídas pelo colonialismo. Entre eles podemos identificar um grupo de modernizadores, em geral assimilados, educados na metrópole, aculturados às mentalidades coloniais dominantes, e ideologicamente progressistas, afinados às esquerdas da metrópole e de outras nações. O grupo de tradicionalistas, vinculados às realidades sociais e políticas africanas, menos educados, menos assimilados, menos aculturados à ordem sociopolítica africana existente. Eles estavam mais ligados às autoridades locais, às comunidades rurais, onde construíram suas bases político-ideológicas. Eles defendiam a implementação de um Estado-nação de valorização dos africanos e das tradições. Rejeitavam a herança colonial e o socialismo, por considerarem ideologias importadas, e desconfiavam dos modernistas, particularmente dos que não eram negros, e os grupos que trabalhavam com brancos e mestiços. (FIGUEIREDO, p. 116-118)

Numa entrevista dada ao “Mar de Letras”, o historiador angolano Jean-Michel Mabeko-Tali, também argumenta que a questão da mestiçagem não era nova, nem exclusiva do MPLA na África. Mas, ganhou um lugar específico nos confrontos pela disputa de poder no interior do MPLA. Segundo ele, o MPLA se formou no meio urbano e no exterior, mas, formou suas bases de militantes com negros e camponeses, que observavam o prolongamento dos problemas da colonização com a ascensão de mestiços e brancos assumindo os cargos de dirigentes e de comando. Ele conta que, no Congo, conheceu mestiços e brancos nas fileiras do MPLA, mas que percebia as sensibilidades. Era o caso de Adolfo Maria e sua esposa Alemã, brancos, colega de convívio desde aquele momento e que estava ciente de que esta convivência já tinha criado problemas antes do MPLA se instalar em Brazaville. Portanto, ele considera hoje em suas reflexões que a questão racial sempre esteve presente. Mas, nunca

foi profundamente debatida até o 25 de abril.³ Ele afirma que a questão tribal era secundária frente a outros problemas, mas estava presente. Há o pedido de nacionalistas brancos de Angola que eram conhecidos dentro do MPLA, isso eram questões pacíficas. O MPLA era multirracial. Mas, não era consenso. Mas, tarde viu-se que essa falta de debate teve repercussões na crise da independência, e no 27 de maio, que é uma viragem na história de Angola.⁴

O grupo que evocava as questões da raça despertava na memória popular os usos da desvalorização da comunidade negra em favor da comunidade colonial branca e que alguns mestiços também se favoreciam desta hierarquização. Eles questionavam a presença de brancos e mestiços no comando do MPLA e das populações integradas na luta, acusando os mestiços de terem colaborado contra as populações negras ao longo do colonialismo. Em seus manifestos escritos, questionavam a “Lei de nacionalidade”, promulgada pelo MPLA, às vésperas da independência, e sua integração na Lei Constitucional, acerca dos direitos à cidadania angolana. Consideravam que a Lei de Nacionalidade favorecia e era impune no caso de alguns brancos e mestiços:

[...] alguns brancos e mestiços de pele clara, acusados de estarem envolvidos na preparação de um golpe de Estado, em articulação com Joaquim Pinto de Andrade, mestiço, principal figura pública da Revolta Activa. De forma semelhante, há uma forte presença de brancos e mestiços de pele clara dentre os acusados de terem participado da “comissão das lágrimas”, que supostamente teria interrogado os presos políticos com maior formação escolar: aí são novamente citados Pepetela, Henrique Abranches, Ndunduma, Onambwé e Iko Carreira, e mais Manuel Rui Monteiro, Luandino Vieira e Paulo Teixeira Jorge (que fora representante do MPLA em Argel), entre outros. (FIGUEIREDO, 2012, p. 359)

Edmundo Rocha, lembrando a crise no seio da MPLA em torno dos problemas étnicos, traz um pouco da visão de Mário de Andrade sobre como ele percebia a “dificuldade de unir o movimento nacionalista angolano como um todo, dada a sobrevalorização das questões étnicas e ideológicas em relação à causa nacionalista”. Refletindo os posicionamentos de Mário de Andrade, Edmundo Rocha considera que era unânime a percepção das questões étnicas, que terminaram em “revoltas” organizadas de uns líderes contra outros. Mas, para

³ Cf. *Entrevista*. “Jean-Michel Mabeko-Tali - Mar de Letras”, Lisboa, 4 de julho de 2018. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=MWbLy8HPYAQ> Canal YouTube do Prof. Alberto Oliveira Pinto. [Acesso em 10/05/2023].

⁴ Idem.

eles, Agostinho Neto não soube conduzir respostas aos conflitos, pelo contrário foi aprofundando o racha. Ele considera que, se hoje as questões entre negros e mestiços podem parecer menores, no momento da transição da situação de colônia para nação e a definição dos cargos de comando, tinham outro peso. Naquele momento, a permanência da presença branca e portuguesa ainda era um referencial de status e poder que refletia nas reivindicações sociais e políticas, encabeçadas por líderes angolanos, negros que atuavam junto às comunidades que participaram das lutas contra o colonialismo.⁵

A questão da mestiçagem era, portanto, um dos pontos centrais de acirramento dos ânimos, porque as lideranças que disputavam o poder decisório, precisavam do apoio das populações negras de Angola, que ainda tinham a exploração colonial, baseada no racismo, muito viva na memória. A crítica do MPLA estar incorporando brancos e mestiços em posições-chaves de comando das populações negras, também partia de líderes de outros movimentos. Holden Robert, líder da UPA/FNLA (União das Populações de Angola/Frente Nacional para Libertação de Angola), acusava o MPLA de ser um “movimento de mestiços, filhos de colonos”.⁶ Por outro lado, Edmundo Rocha lembra que Agostinho Neto, ao chegar ao poder do movimento, foi seletivo na questão da mestiçagem. Retirou uns com base da questão da mestiçagem, mas, manteve outros:

Ocorreu o afastamento da Direcção Provisória de três dirigentes mestiços: Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Eduardo Santos. Apesar de mestiço, Mário conservou o seu lugar de Presidente. A chegada de Agostinho Neto em terras africanas, em Rabat (Marrocos), foi para Mário e para Lara a ocasião para saudarem ‘aquele que todos nós consideramos como o chefe do nosso movimento e o Homem capaz de unificar os movimentos desunidos’. [...] A chegada de Neto [contudo] altera o ambiente de unidade e de fraternidade também no seio da direcção. O conflito entre os dois líderes – Viriato e Neto – criou uma dinâmica negativa que iria conduzir à implosão do Movimento. O MPLA implode e é expulso do Congo. Dezenas de quadros procuram refúgio na Argélia, no Ghana, no Congo Brazzaville, em Marrocos [...] Mário, chocado com a criação da FDLA (Frente Democrática de Libertação de Angola) por Neto, sem ser consultado, afasta-se também e refugia-se em Argel [...].⁷

⁵ “Mário de Andrade sob o olhar de Edmundo Rocha (I-III - Crise interna e partida para o exílio)”. Cf. <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mario-de-andrade-sob-o-olhar-de-edmundo-rocha-iii-crise-interna-e-partida-para-o-exilio-2/>, [Acesso em 30/09/2022].

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Entretanto, Mário de Andrade voltaria a se juntar a Agostinho Neto, nas atividades da Frente Leste, em 1971, devido a ofensiva do exército colonial na região. Neste ambiente, ele foi percebendo as improvisações da direção na luta de libertação, nas três frentes armadas, distantes umas das outras, e junta-se a um grupo de intelectuais e militantes que se mobilizavam para contestar a direção de Agostinho Neto, formando o grupo da “Revolta Activa”. Trata-se de um movimento, que “mobilizou a maior parte dos quadros políticos na IIª. Região Militar e pôs em risco a liderança de Agostinho Neto, numa altura em que eclodia, em Portugal, a Revolução dos Cravos, a qual modificou totalmente o contexto político português e angolano”⁸, como veremos no próximo item.

ENTRE AS CONTESTAÇÕES ÉTNICAS E A “REVOLTA ACTIVA”

Em entrevista publicada, Jean-Michel Mabeko-Tali conta que tem feito tentativas de contribuir com o debate acadêmico e político sobre as crises do MPLA e o que foi a Revolta Activa. Ele admite que “há um campo aberto para se debater as questões, as pessoas estão falando”. Para ele, um dos maiores problemas desta história, a ser melhor analisada, está na complexa heterogeneidade que a sociedade angolana apresentava naquele momento, e que refletia na gestão centralizadora do líder do MPLA, Agostinho Neto, gerando constantemente um “equilíbrio precário” e a eclosão das sucessivas crises no interior do movimento. O processo libertário angolano, continua, ainda é um laboratório vivo, a ser explorado, afirma. Acrescentaríamos, é uma questão aberta a ser objeto de contínuas pesquisas históricas por todos que se interessam pela história de Angola, especialmente pelo campo das memórias ainda vivas e participes destes eventos, que agora sentem necessidade de falar. Pois, como diz Mabeko-Tali, ainda há muito o que aprender e pesquisar neste fértil terreno.⁹

Sobre as memórias, Victor Ramalho, nascido em Angola, considera que algumas personalidades se destacavam naquele movimento de contestação, dependendo da posição de quem analisa o evento. Para ele, o maior emblema da Revolta Activa foi Mário de Andrade, conforme registra no artigo “a liberdade morre no exílio”. No texto, ele destaca o papel intelectual de Mário de Andrade nos “Manifestos”, tendo ele acompanhado a formação dos

⁸ Idem.

⁹ MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Entrevista ao filho adoptivo de Lucio Lara - Jean-Michel Mabeko Tali* (28.02.2016). *Angola24Horas - Portal de Notícias Online*. Cf. https://www.africanos.eu/images/publicacoes/multimedia/adolfo_maria_audio.mp3 - [Acesso 07/08/2022].

conflitos desde o começo dos anos 1960, quando passou a Presidência para Agostinho Neto, até 1974. Ele conta que Mário de Andrade não deixava de refletir acerca das

relações difíceis que, a partir de 1961 passa a ter com a direção do movimento que ajudara a criar, as cisões que entretanto ocorreram levamos a subscrever em maio de 1974, um documento de militantes descontentes com o rumo dos acontecimentos, que vinha há muito sendo discutido e preparado, em que se apelava à democratização interna do MPLA. Os militantes subscritores desse apelo, que expressa a posição da “Revolta Activa” são mais tarde presos ou têm de se exilar e por isso é fugaz a presença de Mário de Andrade em Luanda, onde entra e tem de sair no ano de 1975.¹⁰

Já para Adolfo Maria, um dos assinantes do “Manifesto da Revolta Activa”, a lista de adesões foi crescendo, mas o principal a considerar hoje é que não foi uma reação de conspiração porque foram feitas várias tentativas de diálogos com Agostinho Neto, sem sucesso, paralelamente a lista de adesões foi crescendo, frente a seu centralismo. Ele conta que, o autor inicial da “Revolta” foi o Gentil Viana, que teria começado a mobilização com uma comitiva de seis integrantes, depois o documento teria sido assinado por dezenove militantes do quadro do MPLA: Adolfo Maria, Amelia Mingas, Ana Wilson, Antonio Menezes, Armando Kanga, Rev. Domingos da Silva, Eduardo Santos, Floribert Monimaneio, Gentil Viana, Hugo Menezes, Inacio Mulambo, João Vilira Lopes, Luis Carmelino, Manuel Videira, Maria do Céu Carmo Reis, Maria Filipe, Pedro Kanga, Virgilio Zulumongo (Kivuvu) e Mário de Andrade, todos com cargos dentro da MPLA, alguns atuantes da luta armada da Frente Norte e Frente Leste.¹¹

Enquanto ia fortalecendo o movimento, foram sendo feitas tentativas de conversa com Agostinho Neto, com base na força do movimento, representando número relativo de insatisfeitos. Uma destas tentativas teria se dado no Congresso de Lusaka, em 1972. Interpelado, Agostinho Neto saiu do evento dizendo que não haveria conversa, nem entendimento, queixando-se das cobranças que lhes fizeram acerca das finanças do MPLA e outros temas. Noutra tentativa, Agostinho Neto teria concordado com um encontro para debater as questões. Contudo, já teria chegado no encontro com as decisões tomadas, acerca dos rumos da independência e os acordos com os portugueses, ignorando o Acordo de Alvor.

¹⁰ RAMALHO, Victor. “A Liberdade morre no exílio”. O Jornal (Caderno Opinião, p.15), 31.08.1990. Cf. Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85246 [Acesso 28/04/2022]

¹¹ *Entrevista com Adolfo Maria*. Lisboa, 25 de novembro de 2019. Cf. https://www.africanos.eu/images/publicacoes/multimedia/adolfo_maria_audio.mp3, [Acesso 03/08/2022].

Em meio a estes desencontros, Agostinho Neto assume o processo de libertação sem a consulta de outros dirigentes do MPLA. A resposta do grupo é a formalização da “Revolta Activa”, através do Manifesto, lançado em 11 de maio de 1974, sob o título “Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA”.¹²

Ele diz que estas tentativas de acordo estão registradas na “Declaração da Revolta Activa do MPLA”, datada de 17 de novembro de 1974, onde se registra as ausências de Agostinho Neto nas convocações. Diz que ele se negava a dialogar, acusando os adeptos do Manifesto de conspiradores. Desta forma, logo os membros da Revolta perceberam que não teria acordos, devendo agir com cautela: “o nosso silêncio foi propositado e resultado duma decisão colectiva e patriótica de evitar ao máximo a pluralidade de declarações de tendências, para não desmoralizar o Povo nem dar maior ânimo à iniciativa à reação interna e internacional, inimigas declaradas da Pátria”.¹³ Na sequência, foi apresentado à cúpula do MPLA uma lista de nomes de adesões à Revolta Activa, que já tinha avançado para 70 “Delegados da Revolta Activa, entre os quais constava Adolfo Maria e Manuel Videira, depoentes citados neste trabalho. Depois desta foram apresentadas outras listas de adesões em torno de 60 novas assinaturas, avisando-se ao governo que as listas de adesões estavam correndo Angola para coleta de mais assinaturas.¹⁴

Pelo Manifesto, intitulado “Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA”, o grupo questionava os acordos que o líder do MPLA, Agostinho Neto, estaria estabelecendo com portugueses, depois do 25 de abril de 1974. Importante destacar que este é um momento de mudanças em Portugal, conhecido como momento de vitória da Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura fascista e colonial salazarista, ponto de argumentação dos novos acordos de Agostinho Neto. Contudo, muitos associavam a questão à sua postura antidemocrática e defendiam o rompimento definitivo dos laços com o país da exploração do colonialismo angolano. Pelo “Manifesto-Apelo”, a oposição da Revolta Activa lembrava a situação do povo angolano sob a presença dos portugueses, e convocavam “todos os militantes” a dar continuidade ao processo da Independência completa até a formação nacional de uma Angola livre e africana. Neste particular, defendiam a formação de uma “Frente Unida para a

¹² Idem.

¹³ “Declaração da Revolta Activa do MPLA”. Dossiê ‘Revolta Activa’. Arquivo Lúcio Lara. Cf. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0207002042> [Acesso 27/05/1977]

¹⁴ Lista de Delegados da Revolta Activa e Terceira lista de assinantes ao Apelo da Revolta Activa. Cf. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0207002023> [Acesso em 20/05/2023]

Independência de Angola”, para o alcance de uma “Angola Livre, Unida, Democrática, Próspera e Africana”.¹⁵

As questões étnicas eram incorporadas nos manifestos do grupo da Revolta, acusando Agostinho Neto e seu grupo de desvios de interesse e manutenção dos problemas do racismo: “[...] o corpo social da organização estava minado pelo espírito do racismo, do tribalismo e do regionalismo, o que pisoteou o princípio segundo o qual, só o povo de todos os districtos é o verdadeiro autor e beneficiário da luta de libertação nacional”.¹⁶ Destacavam no *Manifesto* as mazelas do colonialismo português em Angola, com o objetivo de acender na memória social e política a luta contra os portugueses, que Agostinho Neto revertia em novas relações depois do 25 de abril:

[...] As tensões sociais e os actos de coragem incentivaram-se entre os diversos sectores do povo angolano, em virtude da perfídia com que se pretende impor-lhe a ridícula liberdade de votar sim à portugalização. Existe no seio do povo angolano, uma profunda consciência patriótica, adquirida ao longo dos séculos de resistência à dominação colonial e ao fim de treze anos de luta armada da libertação nacional. CAMARADAS! O colonialismo é de facto uma bandeira apodrecida que já não pode resistir aos ventos fortes da história. É preciso combatê-los com golpes e repetidos a fim de varrê-lo, definitivamente, do solo de nossa Pátria. Enquanto o colonialismo não cede, a guerra popular continua a ser a forma principal de luta do nosso processo de libertação nacional [...].¹⁷

Entre 1974 e 1976, observamos as manifestações e reações do Governo pela mídia e a mobilização da DISA (Departamento de Investigação de Segurança de Angola), instituição acusada de copiar as técnicas de controle e repressão da PIDE sobre o povo angolano. Agostinho Neto se justificava acusando os revoltosos de conspiradores e traidores da unidade nacional, definindo-os como *fraccionistas*. A direção do MPLA lançou vários pronunciamentos contra os revoltosos, questionando suas ações e o *Manifesto-Apelo*:

Para esclarecimento, todo o verdadeiro angolano deve ficar a saber que esse panfleto que traz agrafado um “Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA” foi feito em Luanda. Repete-se o panfleto não foi feito em Brazzaville, mas sim em Luanda”. [...] O que querem estes senhores? Querem que não aceitem mais o camarada Doutor Agostinho Neto como Presidente do MPLA,

¹⁵ (1974), “Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA”, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10200.003.003> [2022-4-29]

¹⁶ Idem. p. 9.

¹⁷ Idem.

para o mundo inteiro deixar de acreditar no GUIA DO POVO e nunca mais podermos ter a nossa Independência.¹⁸

Fátima D’Alva Penha Salvaterra Peres (2010), aborda justamente o envolvimento da PIDE na repressão destes intelectuais da sub-região da Frente Leste envolvidos no *Manifesto dos Dezenove* ou *Apelo da Revolta Activa*, em apoio ao governo de Agostinho Neto, já indicando seu alinhamento com Portugal. O resultado foi uma ampla repressão contra os revoltosos seguida de prisões e exílios. Para ela, o ano de 1976 marca o fim da Revolta, “que termina devido à prisão de grande parte dos seus membros, após a independência de Angola, embora a sua dissolução tenha começado a esboçar-se já a partir do primeiro trimestre de 1975. (PERES, 2010, p. 8)

Entre 1974 e 1976, de acordo relatos de participantes daqueles eventos, a repressão foi dura, com a perseguição, prisão e exílio de envolvidos, gerando um silenciamento sob a ação da DISA apoiada pela PIDE. Contudo, alguns dos revoltosos continuaram se fazendo ouvir:

‘A hora é grave. A pátria está em perigo’. A 11 de maio de 1974, dezenove militantes do MPLA, combatentes de velha data, alertam a massa de militantes daquele movimento de libertação e, de maneira geral, todos os patriotas angolanos. Em Luanda, o alarme tem o efeito duma chicotada. ‘Revolta Activa’ é uma expressão que, designando os autores deste documento, ganhará em breve grande importância. ‘Revolta Activa – A oposição inexistente’ – O Apelo dos Dezenove. [...] Todos estavam na cadeia. Todavia, a história dessa ‘revolta activa’ permanece embrulhada num certo mistério que a DISA (Polícia Política do MPLA) tenta explorar em seu proveito. É que, no relativo silêncio das coisas sérias, enquanto uma batalha política de significado amplo se travava no seio da MPLA, nos anos imediatamente anteriores à independência, poucos indícios transpiravam para o exterior. [...]

O movimento de reajuste do Leste e, depois, da Frente Norte (Cabinda) não consegue resolver as suas contradições internas, por culpa essencialmente da linha presidencialista de Agostinho Neto, e precipitam o MPLA numa séria crise. Ao contrário do que sucede nas outras colónias, os portugueses estão perante condições relativamente favoráveis para conseguir, em Angola, uma solução do tipo neocolonial. É neste momento que o grupo da “Revolta Activa” se fez ouvir.¹⁹

¹⁸ (12 maio 1974). “Compatriota Angolano. Vigilância! Vigilância! Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83904 [2022-4-29]

¹⁹ Afonso Manta (1976), “Jornal Novo”. Angola, 3 de maio de 1976. Cf. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_85843 [2022-4-30].

Entretanto, as reações não vinham apenas do Governo de Agostinho Neto. Vários grupos se levantaram em defesa do “Camarada Neto”, acusando os membros das revoltas de conspiradores, apontando Chipenda como um traidor. Destacamos o grupo da JMPLA (Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola) que organiza um evento no Estádio de São Paulo, convocando grupos e pessoas a se manifestarem contra a “Revolta Activa” e Chipenda: “Num ambiente de unidade e total apoio ‘ao camarada presidente Agostinho Neto’ repudiamos o ‘traidor Chipenda’ e a chamada ‘Revolta Activa – formada por setenta intelectuais que não participaram da luta activa’”.²⁰

No evento de contestação estavam também presentes grupos da OMA (Organização da Mulher Angolana) e da FAPLAS (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), organizações internas do MPLA. Ao final das manifestações, registra o Diário de Luanda que, foram “vivamente aplaudidos, os oradores terminaram os seus discursos com vivas a Agostinho Neto e ao MPLA, abaixo a Revolta Activa, o traidor Chipenda, o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, sublinhando ainda, um só povo, uma só nação”. Pelo *Diário de Luanda*, de 04 de janeiro de 1975, o primeiro a falar neste evento teria sido o Coordenador da JMPLA, Manuel Van-Dunem, irmão de José Van-Dunem que mais adiante faria parte do grupo com Nito Alves e Sita Valles em oposição à Agostinho Neto, tornando-se vítimas do 27 de maio de 1977, juntamente com outros que declaravam oposição à Agostinho Neto e o grupo de dirigentes do MPLA depois da independência.²¹ Vejamos a seguir um pouco da oposição deste grupo e a repressão que marcou o 27 de maio de 1977 e dias seguintes, como um momento ainda em sombras na história de Angola, conforme se tem nos relatos e entrevistas.

²⁰ “Comício da JMPLA no Estádio São Paulo – milhares de pessoas manifestam-se contra a “Revolta Activa” e Chipenda”. Diário de Luanda, 04 de janeiro de 1975. Cf.

<https://www.tchiweka.org/imprensa/0570002008#&gid=1&pid=1> [28/05/2023]

²¹ Idem.

O GRUPO SOCIALISTA DE NITO ALVES E A REAÇÃO DO 27 DE MAIO DE 1977

Para compreender a oposição deste grupo, devemos considerar as reflexões de Michel Cahen (2006, p.39-67), para quem os aspectos externalistas destas questões são fundamentais, devendo-se focar particularmente a relação entre o programa político de orientação marxista que estes grupos assumiram, a forma como os interpretaram e implementaram por diferentes caminhos de outras nações. Para ele, devemos considerar que nem sempre os posicionamentos libertários representaram uma ruptura com o colonizador,

a radicalização dos meios de ação não produz automaticamente a do programa político [comum]. Mesmo se este último foi ganhando, indubitavelmente, um teor cada vez mais marxista, não se pode deduzir daí nem um parentesco entre a Frelimo (ou o MPLA) e os partidos comunistas cubano e vietnamita, por exemplo, nem uma ruptura com a ideia portuguesa de nação que havia penetrado profundamente nos meios assimilados e crioulos que formavam o núcleo das direções dos movimentos de libertação. Se o modelo político 'marxista' e 'soviético' foi largamente discutido e citado, o modelo social português expresso especialmente pela via da imagem da cidade colonial "limpinha" e ordenada dos anos cinquenta, salvaguardado pelos dirigentes após a sua partida para o estrangeiro, foi muito discreto, mas certamente muito poderoso. (CAHEN, 2006, p. 39)

É fato que alguns membros de destaque do MPLA carregavam a influência de várias correntes marxistas, de orientações diversas, em suas formações intelectuais e políticas. Além disso, receberam a influência e apoios provenientes de nações comunistas sob regimes político-ideológicos diferentes, que os colocavam em oposições nos projetos de encaminhamento do processo libertário e de formação de um Estado na linha marxista. É o caso daqueles que se aproximaram da União Soviética, presente nos discursos de Nito Alves, e o daqueles que se alinharam com o processo revolucionário do 25 de abril em Portugal, presente nos discursos de Agostinho Neto, diversos ainda daqueles defendidos por por Mário de Andrade e outros.

Isso refletiu na forma como cada um pensou teoricamente e na prática sua ação na luta de libertação e no projeto de Estado-nação depois da independência, em meio a um ambiente de pressão das massas para participação do poder, orientadas pelas questões étnicas. As fissuras eram esperadas devido esta diversidade de lugares. No caso do perfil de

certos líderes, assimilados nas missões de Angola e depois nas universidades de Portugal, devemos ainda refletir que

eram eles próprios um produto desse mesmo Estado português. O marxismo de tipo soviético apareceu como algo que podia contribuir para reverter o domínio português, contudo, o ideal que ele oferecia era, paradoxalmente, muito próximo do modelo social português: nação homogénea, partido único, corporativismo sindical e associativo, língua única, papel central do Estado, etc. Este marxismo poderia assim corresponder à habitus de uma microelite de funcionários públicos e do sector terciário, poderia fazer parte do seu mundo imaginário a fim de exprimir o desejo de uma nação portuguesa que fosse sua. (CAHEN, 2006, p. 50)

Para Inácio Marques (2012), os eventos que desembocaram no 27 de maio de 1977, também devem ser compreendidos pelas diferentes posições: dos grupos que ficaram em Angola enfrentando o colonialismo; dos grupos que enfrentaram o colonialismo nas fronteiras, dos que estavam em Luanda; e, dos que ficaram no exterior acompanhando os eventos como expectadores, incorporando o processo revolução, já durante a independência:

havia aqueles que ficaram em Angola lutando contra o colonialismo, em oposição àqueles que ficaram nos países fronteiriços, como ‘expectadores’. Para muitos, os nitistas seriam identificados como os heróis da pátria, em contraposição aos dirigentes que teriam se aproveitado do risco que eles correram. Essa memória do 27 de maio também reivindica um outro passado, o da guerrilha, em que ‘ter pego nas armas’ foi transformado em um poderoso capital político. Ter lutado nas matas angolanas significava ser detentor de uma trajetória ‘mais revolucionária’ (MARQUES, 2012, p. 102).

No momento em que começa o controle e repressão mais fechada sobre o grupo da “Revolta Activa”, em 1976, é a vez do grupo de Nito Alves fazer a oposição e críticas mais pontual aos rumos dados à Angola depois da independência, em meio a estas questões.

Este grupo evoca os ensinamentos marxista-leninista para propor novos rumos ao processo de libertação. Depois de ter estado com José Van-Dunem em Moscovo, representando Angola no XXV Congresso do PC da União Soviética, Nito Alves passou a assumir uma postura mais fechada dentro do MPLA, em defesa da continuidade do processo revolucionário, até o socialismo em Angola.

Neste mesmo ano, em 1976, Sita Valles, companheira de José Van-Dunem, considerados dois cabeças do grupo de Nito, foi expulsa do Comité dos Intelectuais do Departamento de Organização de Massas, com base na alegação de que pretendia erradicar

do movimento os militantes que tinham pertencido a outras organizações políticas. De acordo com Leonor Figueiredo, em sua biografia de Sita Valles, o objeto era afastá-la de cargos dentro do MPLA, por ser uma das cabeças do grupo de Nito Alves. Seu irmão Edgar Valles e cunhada Ana Maria, contam a Leonor Figueiredo que:

A verdadeira razão de a terem expulso, lembra seu irmão Edgar, foi o protagonismo dos seus grupos de acção, que tinham adquirido grande projecção. Em termos de organização ela era muito boa. Mas, criou inimizades, clivagens. [...] ela criticava muito a corrupção e o assalto aos bens dos portugueses, que tinham sido praticados pelo MPLA e pela DISA. Sita indignava-se por os comandantes do MPLA ocuparem as casas dos brancos. Ficava furiosa. Dizia que estavam a aburguesar-se. Ideologicamente, era uma puritana. Eu até acho que ela tinha medo de, algum dia, descobrir que aquilo em que acreditava não era real. (2010, versão ebook).

José Van-Dunem era o braço direito de Nito Alves. A oposição deles se dava no cotidiano de suas atuações dentro do próprio MPLA, mas, em 1976 suas críticas se tornam mais duras contra os membros da cúpula do MPLA. Eles passaram a funcionar como uma espécie de “oposição, não no sentido formal do termo, já que eram do movimento, mas como elementos que não poupavam críticas a certos dirigentes. Em meio a outras oposições, tinham cada vez mais adeptos aos seus posicionamentos críticos, o que desagradava ao núcleo do MPLA no poder, identificado com Agostinho Neto”. (FIGUEIREDO, 2010). A oposição do grupo de Nito Alves tem mais impacto porque o Governo estava em meio ao controle e repressão do grupo da Revolta Activa, em 1976. Logo eles também entrariam na mira da DISA, de forma violenta.

Em seus discursos, alguns publicados em folhetos de orientação para uma acção popular, eles defendiam que o processo revolucionário deveria continuar até a implantação do Estado socialista em Angola, com amplo poder de convocação das massas em Luanda. Esta pauta não era apenas do grupo de Nito Alves, em alguns discursos Lúcio Lara, Mário de Andrade e outros declaravam seus posicionamentos com a ideologia marxista soviética, os exemplos da revolução cubana também eram comentados nos discursos, mas, nem todos declaravam oposição direta a Neto.

Entre 1974 e 1976, alguns enviados soviéticos, designados para acompanhar os eventos dos conflitos internos do MPLA, devido os financiamentos enviados para as frentes de libertação colonial, registraram em suas observações que o acúmulo de oposição vinha de vários lados. E que o clima de revoltas havia deixado

Agostinho Neto com receio de todos. No interior do MPLA, ele era apoiado por L. Lara. Mas, este era cabrito: a sua mãe era mestiça e o pai português branco. Havia grupos de nacionalistas, da intelectualidade liberal na pessoa da “Revolta Activa” e dos pró-comunistas. Quase foi parar na prisão, depois, expulso para Portugal, Da direção do MPLA fazia parte o ‘esquerdista’ Nito Alves, mas ele estava mais próximo dos comunistas. Em 1976 começou a se formar a oposição, com Nito Alves e Monstro Imortal (Direção Política Central). Nomeadamente, Nito Alves representou o MPLA no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em 1976, Agostinho Neto receava, acima de tudo, esse grupo (de Nito Alves) e a FNLA. (PUTILIN, *Apud* MILHAZES, 2013)²²

Entre 1976 e 1977, este grupo se tornou objeto das perseguições e do controle da DISA. Estrategicamente, José Van-Dunem tinha saído da FAPLA sendo enviado como Comissário Político da Frente Leste, onde atuava o grupo da Revolta Activa, que já estava na mira da DISA. Foi neste momento que ocorreu a expulsão de Sita Valles do MPLA. A partir daí passaram a ser chamados “niitistas” e “fraccionistas”, associados aos mesmos discursos contra os da Revolta Activa. Os discursos do Presidente Agostinho Neto englobavam todos como conspiradores em busca do Poder, conforme veremos mais adiante em alguns dos seus pronunciamentos.

Neste ano de 1977, Lúcio Lara retira Nito Alves dos órgãos de poder que estavam sob sua tutela. Neste momento, Sita Valles estava grávida de Zé Van-Dunem, em que começaram as prisões dos opositores “fraccionistas”. É neste clima da repressão que “Che”, filho de Sita Valles e José Van-Dunem, nasce a 04 de fevereiro de 1977, em Luanda. Em sua biografia, que Leonor Figueiredo (2010) escreve com base em cartas enviadas para a família, ela conta que o nome de seu filho era uma homenagem a Che Guevara, indicando seus posicionamentos político-ideológicos de base Leninista, como declarava em suas posturas críticas ao MPLA.

Reagindo às acusações dos dirigentes do MPLA, Nito Alves propaga um Manifesto, intitulado “Treze Teses em Minha Defesa”, datada de 11 de fevereiro de 1977. Trata-se de um longo texto contendo fragmentos dos ensinamentos de Marx, Engels, Lenine e outros. Nos seus argumentos, ele acusa os dirigentes do MPLA de não conhecerem as teorias revolucionárias, dizia: “conheçam os conceitos de massa, poder, popular, burguesia, maoísmo e antisovietismo, pondo em causa o projeto de libertação do MPLA”. Afirmava, que eles

²² PUTILIN, Boris. “Fornecemos armas ao MPLA”. In: Memórias de participantes e testemunhas directas da guerra civil em Angola”. Moscovo, 2009. In: MILHAZES, José.

[dirigentes do MPLA] “punham em perigo o percurso para o comunismo: a grande maioria ‘enganará as massas e não deixará que estas assumam o papel de dirigentes”. Noutro trecho dizia: “os dirigentes da pequena burguesia ascenderam à direção da “revolução proletária”, isso significava que o que existia era um partido de elites intelectuais de origem proletária”.²³ Em 27 de maio de 1977, foi determinada as prisões, julgamento e o fuzilamento de Sita Valles, Nito Alves e Zé Van-Dunem, acusados de serem “adeptos radicais da ala mais marxista-leninista do MPLA e criminosos de companheiros”. O governo afirmava que uns já estavam presos e nas mãos da DISA, é o caso de Vita Valles, outros ainda foragidos, mas que não tardaram a ser pegos e fuzilados. (FIGUEIREDO, 2010)

A justificativa do Governo de Agostinho Neto para a sociedade, acerca das prisões e fuzilamentos dos nitistas e outros, decretados a partir do 27 de maio de 1977, está em vários pronunciamentos, nos quais o governo afirmava ter descoberto um golpe de Estado que seria deflagrado naquela data, e que “em defesa da unidade nacional e da liberdade de Angola”, o Governo e sua polícia, a DISA, teriam agido em tempo contra os “fraccionistas” e “nitistas”. Entre os pronunciamentos, o Governo publicou uma Cartilha explicando e prestando “*Informação do Bureau Político ‘Sobre a Tentativa de Golpe de 27 de maio de 1977’*”, contendo informes gerais sobre “O Plano dos fraccionistas; A base da infiltração; A fase de sabotagem; A intervenção do Comitê Central; A intoxicação dos golpistas; A ideia golpista começa a tomar forma; Os três golpes falhados; As novas tarefas da Revolução”. De acordo com o documento,

Está praticamente desvendado todo o complexo emaranhado em que surgiu a tentativa reacionária do golpe de estado fraccionistas de 27 de maio último, prontamente esmagado pelos militantes do MPLA, membros das FAPLA e da DISA com apoio das massas populares. [...] É no entanto evidente que um determinado número de ex-prisioneiros do antigo campo de São Nicolau, chefiados por Zé Van-Dúnem e um punhado de responsáveis da 1ª. Região, tendo à cabeça Nito Alves, manifestam desde os primeiros momentos da derrocada do fascismo colonialista, estranhas afinidades que, a partir da Conferência Inter-regional de militantes em Setembro de 1974, viriam a caracterizar-se por uma actividade política de grupo, fora as estruturas do MPLA, mas sempre a coberto do MPLA.²⁴

²³ Cf. ALVES, Nito Critica linha editorial de um jornal. <https://www.youtube.com/watch?v=zD7ybLey0EU> [Acesso 10/02/2023]

ALVES, Nito. “Discurso proferido pelo Ministro da Administração Interna, Camarada Comandante Nito Alves, nos Paços do Conselho da Câmara Municipal de Luanda, sobre a Lei do Poder Popular”. Cartilha Lei do Poder Popular. Arquivo Lúcio Lara. Cf. https://www.tchiweka.org/sites/default/files/biblioteca_digital/pdf/b-05802.pdf [Acesso 25/05/2023]

²⁴ “*Informação do Bureau Político ‘Sobre a Tentativa de Golpe de 27 de maio de 1977’*”. Cf. https://www.tchiweka.org/sites/default/files/biblioteca_digital/pdf/b-02737.pdf [Acesso em 15/05/2023]

Noutra parte do documento, denuncia que os “dois cabecilhas” teriam agido de forma facilitada por terem se aproveitado do clima “do fim da guerra colonial e da ofensiva imperialista contra o MPLA, através das chamadas ‘revolta activa’ e ‘revolta do leste’, fomentadas no seio do Movimento, em benefício dos agrupamentos fantoches da Unita e Fnla”.²⁵ Pelo documento, a “manifestação” teria contado com apoio de trabalhadores e da população dos bairros de Luanda. Contudo, só teria comparecido “poucas centenas de populares que ainda se dirigiram ao local indicado foram esmagados; ninguém lhes disse que se tratava de um golpe contra a Direcção do Movimento e contra o Camarada Presidente. E foi porque o Povo se apercebeu do logro que a ‘manifestação popular’ abortou”.²⁶

Em 26 de maio, o Presidente Agostinho Neto produziu uma cartilha intitulada “*O que é o fraccionismo?*”²⁷, um boletim explicativo do conceito com base nas ações dos opositores e revoltosos, desde começos da década de 1960 até o 1977 e as posturas do governo em defesa da unidade nacional. Pelo documento, em nome do Presidente Agostinho Neto e do MPLA, apresentava-se todo processo conspiratório, os prejuízos para a unidade nacional, os impactos externos e internos nas divisões das populações de Angola, e as ameaças à Independência de Angola. Nos dias seguintes, foram divulgados cotidianamente *Comunicados no Boletim do Militante*.²⁸ Pelos Boletins, continuava-se explicando ao povo “*O que é Fraccionismo*”, chamando a atenção para o fato dos revoltosos terem usado a questão da mestiçagem, tanto os da Revolta Activa como os nitistas, para duas tramas, numa frente contra o Governo, aliados a outras nações que ameaçavam a liberdade de Angola:

O Povo Angolano dirigido pela sua vanguarda o MPLA, acaba de enfrentar vitoriosamente uma guerra de agressão imperialista. Batido no campo militar, o inimigo procura novas e mais subtis formas de atuação para opor às vitórias cada vez maiores, alcançadas pelas massas populares. É através da agitação no seio do trabalhadores, da fomentação do tribalismo e do racismo, da sabotagem do Poder procura opor-se ao avanço da nossa luta. [...] Depois de apenas um ano e meio de independência, que tantos sacrifícios custou à totalidade do nosso Povo, são bem visíveis hoje as enormes conquistas já obtidas. [...] ao mesmo tempo que o imperialismo procura

²⁵ Idem. p. 5

²⁶ Idem, p. 8

²⁷ “O que é Fraccionismo? – Declaração do Bureau Político sobre o Fraccionismo. Comunicações ao país de Agostinho Neto”. Luanda, 26-05-77. Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do Comité Central do MPLA. p. 28-29 - Cf. [O que é o Fraccionismo? | Associação Tchiweka de Documentação](#) [Acesso em 27/05/2023]

²⁸ “A Estratégia Fraccionista”. Boletim do Militante, ano 1977. p. 20-25. Cf. <https://www.tchiweka.org/sites/default/files/imprensa/pdf/0545.001.007.pdf> [Acesso em 28/05/2023]

infiltrar os seus agentes armados, o divisionismo no nosso Povo, não só explorando preconceitos tribais, regionais ou raciais, mas fomentando sobretudo o confucionismo ideológico. [...] Hoje chegamos à conclusão. O fraccionismo foi condenado pelo Comité Central e dois camaradas membros do Comité Central foram afastados do Comité. São o camarada Nito Alves e o camarada José Van-Dúnem. E se durante estes tempos, que vão anteceder ao Congresso, outros camaradas ou indivíduos se revelarem fraccionistas, também serão afastados do Movimento.

Como se pode perceber, são documentos oficiais, pronunciamentos do Presidente, explicando à população o andamento do “Golpe de Estado”, que ele e suas instituições de defesa teriam derrubado para salvar Angola. As prisões, exílios e mortes de militantes e ex-militantes foram, portanto, justificadas pela ação enérgica do MPLA contra os conspiradores e seus planos de Golpe de Estado. Também acusavam os revoltosos e os nitistas de terem assassinado companheiros militantes. Pelo discursos oficiais, o governo considerava o grupo de Nito Alves, Zé Van-Dúnem e Sita Valles, agentes perigosos que estariam articulados com os da Revolta Activa, em benefício dos agrupamentos da UNITA e FNLA, e apoiados pelo exterior. Ele juntou todos os opositores numa mesma acusação, “fraccionistas”. Contudo, decretou sentenças diferentes, uns foram exilados, outros presos e outros fuzilados, os porquês não fica bem esclarecidos nos seus discursos. Contudo, as possíveis interferências soviéticas e outras pressões externas são consideradas, pelos posicionamentos deste grupo, a serem melhor exploradas. Como se percebe nos discursos do Presidente, quando afirmava que o grupo

se utilizavam da demagogia fácil, especulando com todas as dificuldades inerentes à criação do novo estado independente, acrescida dos problemas criados por uma violenta guerra de agressão que destruiu o país de Norte a Sul e deixou centenas de milhares de compatriotas sem lar e sem todos os bens. Essa manipulação das dificuldades do nosso Povo era vestida com roupagem pseudo-marxista, que explora a fundo a receptividade que o Povo revolucionário de Angola sempre manifestou pelos ideais revolucionários e pelo socialismo. Foram também utilizadas as mais torpes calúnias sobre os dirigentes e militantes, que pelas suas funções, constituíam maior obstáculo ao desenvolvimento de toda estratégia do grupo.²⁹

Em 26 de maio de 1977, às vésperas do dia da “limpeza dos opositores”, em que alguns militantes foram mandados para campos de concentração e fuzilados sem julgamentos,

²⁹ “*Informação do Bureau Político ‘Sobre a Tentativa de Golpe de 27 de maio de 1977’*”. Cf. https://www.tchiweka.org/sites/default/files/biblioteca_digital/pdf/b-02737.pdf [Acesso em 15/05/2023]

Agostinho Neto já analisava os eventos que o governo prévia e para o qual se preparava pela sua análise do que era “*O que é o fraccionismo?*”, e como o governo estaria controlando a situação:

O Povo Angolano dirigido pela sua vanguarda o MPLA, acaba de enfrentar vitoriosamente uma guerra de agressão imperialista. Batido no campo militar, o inimigo procura novas e mais subtis formas de atuação para opor às vitórias cada vez maiores, alcançadas pelas massas populares. É através da agitação no seio dos trabalhadores, da fomentação do tribalismo e do racismo, da sabotagem do Poder procura opor-se ao avanço da nossa luta.³⁰

Pelo Boletim do Militante do 26 de maio de 1977, ele apresentou o 5º. *Plenário do Comité Central do MPLA*. Nele declara ter tomado decisões que deveriam ser “claramente compreendidas” pelos militantes do MPLA. Argumentava que teria lutado contra os fraccionistas durante um ano e meio, para garantir a independência, depois *dos sacrifícios do povo angolano*. Concluía, portanto, que era necessário acabar com o “divisionismo no nosso Povo, acabar com os que não só estavam explorando preconceitos tribais, regionais ou raciais, mas fomentando sobretudo o confucionismo ideológico”.³¹

Em 27 de maio de 1977, ele apresenta outro comunicado ao país, também publicado no “Boletim do Militante”, onde acusa os revoltosos e nitistas de terem cometido crimes de morte contra militantes companheiros do MPLA: “... os fraccionistas, que nós condenamos há pouco tempo, não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar nosso compatriotas, para puderem ter o caminho livre. Esta é uma situação que nos obriga, evidentemente, a tomar determinadas posições; que nos obriga a refletir sobre o que é este fraccionismo”.³² No dia 28 de maio de 1977, decreta a sentença bom base na identificação dos criminosos, “diante de crimes que nos lembram o fascismo, [...] não perdermos tempo com julgamentos. Nós vamos ditar a sentença. [...]. E, estou absolutamente certo que o nosso Povo vai contribuir para encontrar a solução justa para este problema.”³³ Em 30 de maio de 1977, fez o seguinte

³⁰ “O que é Fraccionismo? – Declaração do Bureau Político sobre o Fraccionismo. Comunicações ao país de Agostinho Neto”. Luanda, 26-05-77. Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do Comité Central do MPLA. p. 28-29 - Cf. [O que é o Fraccionismo? | Associação Tchiweka de Documentação](#) [Acesso em 27/05/2023]

³¹ “A Revolução deve esmagar a contrarrevolução”. Boletim do Militante. Ano I, n.2, 26 de maio de 1977. Cf. <https://www.tchiweka.org/sites/default/files/imprensa/pdf/0545.001.003.pdf> [Acesso 31/05/2023]

³² “O que é Fraccionismo? – Declaração do Bureau Político sobre o Fraccionismo. Comunicações ao país de Agostinho Neto”. Luanda, 26-05-77. Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do Comité Central do MPLA. p.65. Cf. [O que é o Fraccionismo? | Associação Tchiweka de Documentação](#) [Acesso em 27/05/2023]

³³ Idem - 3ª. Comunicação ao País do Camarada Presidente. 28 de maio de 1977, p. 52-55.

pronunciamento: “Cada vez mais se vão esclarecendo mais as ligações políticas e militares de Nito Alves e José Van-Dúnem, para a realização dum golpe de Estado na República Popular de Angola”.³⁴ Em 12 de junho, apresentou um pronunciamento mais completo, narrando toda trajetória da oposição desde começo dos anos 1960:

[...] o fraccionismo não começou a existir ontem, nem na semana passada. Em 1962/3, Viriato da Cruz conduziu um ala fraccionistas ainda quando nos encontramos no exílio, no ‘Congo Kinshasa’, Viriato da Cruz quis formar o seu Movimento dentro do MPLA e acabou por se entregar na FNLA [Frente Nacional para a Libertação de Angola], mais tarde, foi-se entregar à China. [...] em 1965, alguns dos nossos compatriotas eram representantes no estrangeiros. Entre eles, encontrava-se António Baya. Esse indivíduo procurou também fazer a sua fracção, fazer seu grupo. Acabou por ser expulso e hoje é membro da FNLA, está em Kinshasa. Depois, Francisco Barros, pretendeu fazer a sua fracção, acabou membro da FLEC [Frente de Libertação do Enclave de Cabinda]. Depois na Frente Leste, apareceu um tal Chipenda que também à base tribal, quis formar seu grupo. Foi expulso e acabou na FNLA. [...] Em 1974, depois do 25 de abril, camaradas em Luanda conhecem bem – depois da rendição dos colonialistas portugueses, um outro grupo fraccionistas apareceu. O grupo liderado por Gentil Vianna, chamado “Revolta Activa”, este grupo desapareceu também. [...] chegamos a 1977 e aparece um novo grupo fraccionistas para destruir a Direcção e tomar o poder.³⁵

Em julho de 1977, os efeitos da repressão ainda eram avisados pela seguinte declaração: “Aplicamos a Ditadura Democrática Revolucionária para acabar de vez com os sabotadores, com os parasitas, com os especuladores. Assina, ‘O Bureau Político do MPLA, 12 de julho de 1977’”³⁶, silenciando muitos até o tempo presente, quando se ouvem vozes reivindicando uma revisão naqueles acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto é possível perceber que os confrontos envolvendo a militância, líderes doutrinários e dirigentes do MPLA se desencadearam em diferentes momentos e situações, mas, que foram se desenrolando de forma entrelaçada e em torno de pontos em comum e de um personagem central: Agostinho Neto e suas articulações para se manter no poder. Depois

³⁴ Idem - 4ª. Comunicação ao País do Camarada Presidente. 30 de maio de 1977, p. 59.

³⁵ Idem - Discurso do Camarada Presidente Agostinho Neto na Cidadela Desportiva, 12 de junho de 1977, p. 70-71.

³⁶ “*Informação do Bureau Político ‘Sobre a Tentativa de Golpe de 27 de maio de 1977’*”. p.65. Cf. https://www.tchiweka.org/sites/default/files/biblioteca_digital/pdf/b-02737.pdf [Acesso em 15/05/2023]

das mortes, prisões e exílios, diz-se que Angola ficou silenciosa sobre estes acontecimentos. O evento do 27 de maio de 1977, contudo, continua sendo estudado e objeto de memórias e reivindicações até os dias atuais. Familiares e órfãos das vítimas buscam respostas, crenças de que tudo não passou de uma trama de Agostinho Neto e seu grupo para quebrar as oposições e resistências a seu Governo. Desejam que a história de Angola repare o nome de líderes e militantes que lutaram pela libertação de Angola e tiveram suas memórias apagadas, silenciadas ou acusadas de traição do povo angolano.³⁷

Carlos Pacheco, historiador luso-angolano, considera que os episódios de violência do 27 de maio de 1977, marcaram negativamente a história de Angola, porque, “em consequência dele, foram dizimados e torturados milhares de angolanos. Também a própria história do MPLA ficou marcada, pois o golpe foi desencadeado por militantes daquele movimento, alguns dos quais ocupavam cargos no governo da altura”.³⁸ Para ele, as lacunas desta história precisam ser trabalhadas para que o Estado possa “devolver a memória e a dignidade aos desaparecidos políticos [...] homenagear os mortos e oferecer-lhes uma tumba condigna”. (PACHECO, 2011, p. 64)

Também o historiador Jean-Michel Mabeko Tali (2018), em entrevista ao *Jornal DW*, na apresentação de uma nova versão de sua obra "Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante Si Próprio (1960-1977)", considera que o que aconteceu foi de profunda complexidade porque mudou os rumos que a juventude angolana poderia dar ao país, sem o clima do controle e repressão. E que, somente hoje tem sido possível o acesso a algumas memórias silenciadas, em decorrência da violência que deixou muitos traumas e marcas nas memórias: “Os massacres, as torturas, as prisões e perseguições ou as purgas são temas fraturantes da sociedade angolana, que eram e ainda são tratados como tabu”. [...] “Hoje as memórias se abrem, as pessoas falam um pouco mais, há algumas publicações sobre isso”. O atual acesso a arquivos e memórias tem permitido, reflete, entender a complexidade da posição e relação

³⁷ - “Angola: feridas do 27 de maio continuam abertas e sobreviventes exigem Comissão da Verdade”. O *Observador*. Cf. <https://observador.pt/2023/05/26/angola-feridas-do-27-de-maio-continuam-abertas-e-sobreviventes-exigem-comissao-de-verdade/> [Acesso em 27/05/2023] / - “Famílias do 27 de maio exigem respostas do Governo angolano”. *Jornal DW – Angola*, 26/05/2023. Cf. <https://www.dw.com/pt-002/fam%C3%ADlias-do-27-de-maio-exigem-respostas-do-governo-angolano/a-65743658> [Acesso 27/05/2023] / - “Angola: Governo rejeita dúvidas em torno das ossadas de José Van-Dúnem e Sita Valles. *Jornal RFI*, Angola, 27 de maio de 2023. Cf. <https://www.rfi.fr/pt/angola/20230527-angola-governo-rejeita-d%C3%BAvidas-em-torno-das-ossadas-de-jos%C3%A9-van-d%C3%BAnem-e-sita-valles> [Acesso 27/05/2023]

³⁸ Cf. PACHECO, Carlos. “O MPLA e o 27 de maio: excrementos do diabo”. *Jornal Público-PT*, 16 de abril de 2023. Cf. <https://www.publico.pt/2023/04/16/mundo/opiniao/mpla-27-maio-excrementos-diabo-2046255> [Acesso em 15/05/2023]

dos líderes do MPLA que assumiram o poder com a URSS e os acordos com Portugal. Para ele, em relação às discussões se houve ou não uma tentativa de golpe de Estado, não resta dúvidas de que ocorreu uma tentativa de poder mal organizada, caótica e improvisada, mas com consequências gravíssimas. Porque “sobretudo levou ao desaparecimento, não só físico, de uma geração política. Depois, o partido tentou recuperar alguns deles, mas isto foi uma tragédia que ainda está latente; vive-se ainda hoje. [...] o 27 de maio foi um grande ajuste de contas político”. (TALI, 2018)

Através das memórias vivas, que nos ajudaram muito a ler e interpretar os documentos de vários lados desta história de Angola, percebemos que a história dos confrontos no interior do MPLA é uma história que ainda está viva e a cada ano de sua evocação, ela se desdobra mais um pouco através das memórias de militantes, e das buscas de justiça de órfãos e outros famílias. Trata-se de “uma *história viva* que informa e molda o passado que não é um passado morto” (STOLER, 2018, p.207)

Como se sabe há muitas pessoas vivas de várias posições que vivenciaram os eventos, não é fácil para aqueles que estão distante falar desta experiência vivida por outros que ainda estão tentando contar suas versões. Por outro lado, por se tratar de um evento com ampla participação dos intelectuais do MPLA, há uma variedade documental sobre os temas aqui narrados, que vão do colonizador e sua polícia a PIDE; documentos do MPLA e da DISA; documentos dos líderes da oposição e documentos produzidos por Agostinho Neto, além das memórias publicadas por alguns que militaram nas causas aqui destacadas, biografias, como a de Sita Valles, que nos ajudou muito a compreender o grupo de Nito Alves e o que pretendiam com suas mobilizações contra a direção do MPLA e o Presidente Agostinho Neto. Além disso, ajudaram bastante alguns trabalhos de historiadores angolanos, portugueses e brasileiros, que tentam dar sua contribuição às lacunas desta história. Esperamos ter dado também nossa contribuição, ciente de que se trata de uma história em construção, em movimento.

Por último, reforço que foi muito importante ouvir as entrevistas e depoimentos de militantes e de indivíduos das comunidades rurais, que participaram das frentes de lutas. Através deles, pudemos ouvir várias vozes. Especialmente acerca das lacunas entre o que está nos documentos oficiais publicados e o que se guardou nas memórias não oficiais. Sobre o acesso a estas entrevistas, parabeno o trabalho dos pesquisadores do Projeto “Angola - Nos

Trilhos da Independência”, sob a direção da Associação Tchiweka de Documentação (ATD)³⁹, responsáveis pela produção audiovisual da Geração 80 que participaram das lutas de libertação de Angola.

A equipe fala da metodologia dos trabalhos, evidenciando as sensibilidades em torno desta história, que aparecem nas reflexões de um dos produtores do documentário “Independência”, Paulo Lara, que reflete o momento das falas, como um momento mais propício para que se possa obter mais participação das falas: “Há 15 anos atrás, provavelmente, não poderia ter os resultados que tivemos agora, as pessoas estariam mais fechadas, muito mais desconfiadas, mais preocupadas; a situação que se vive atualmente ajuda a que haja uma maior abertura”. A Prof. Conceição Neto, completa sua reflexão afirmando que “o Projeto que insisti na abrangência, quero ouvir e registrar vozes de vários meios, de várias origens, de várias filiações partidárias e religiosas, não é um projeto limitado a certos grupos de pessoas. É um Projeto muito abrangente”.⁴⁰

As entrevistas também foram subsidiadas pela pesquisa documental, fotográfica e de jornais, com a maioria desta documentação disponibilizada para os pesquisadores interessados, nacionais e estrangeiros. A parte das entrevistas, como disse Wanda Lara, subdiretora da ATD: “é uma forma de dar voz às pessoas que não aparecem nos documentos. Portanto penso que isso é uma forma de se completar o trabalho da ATD, que era e é, sobretudo, documentos, papéis, fotografias, etc. E agora temos a voz das pessoas que é diferente”.⁴¹ No mesmo documentário, temos a entrevista de Ana Maria Fernandes (2011), que nos lembra a importância das vozes dos participantes nas lutas de libertação em Angola. Para ela, é importante que todos falem para o confronto necessários das vozes, como condição para o conhecimento das experiências coletivas das lutas de libertação: “Realmente, se nós não fala como é que vai se confrontar a história? aquele fala isto; aquele falou aquilo; aquele falou...então vão ver que três ou quatro pessoas falaram a mesma coisa”.⁴²

³⁹ Associação Tchiweka de Documentação – Angola. cf. <https://www.tchiweka.org/sobre-o-projecto> [Acesso em 08/05/2023]

⁴⁰ LARA, Paulo. Produtor do documentário “Independência”; NETO, Conceição. Diretora e orientadora dos trabalhos. Cf. <https://www.tchiweka.org/independencia> [Acesso em 09/05/2023]

⁴¹ LARA, Wanda. Subdiretora da ATD. *Entrevista*. Cf. <https://www.tchiweka.org/sobre-o-projecto> [Acesso em 08/05/2023]

⁴² FERNANDES, Ana Maria. Entrevista em 19 de julho de 2011. Cf. <https://www.tchiweka.org/sobre-o-projecto> [acesso em 08.05.2023]

O prof. Jean-Michel Mabeko-Tali, destaca o fato de muitas memórias terem sido silenciadas. Mas, também reconheceu que estamos vivendo um novo tempo, em que as falas estão aí para serem ouvidas. E, para fechar, trazemos as de Francisco Rasgado, jornalista que vivenciou o 27 de maio de 1977. Relembrando os eventos, neste 27 de maio de 2023, momento em que escrevemos este trabalho, ele conta que “não houve golpe de estado nenhum, foram lutas internas pelo poder”, irmãos foram degolados pelo MPLA, na altura administrado pelo Agostinho Neto. [...] Não há razões, foram mortes gratuitas”. O seio do MPLA achou que a única forma de conservar ou manter o poder era dizimar os que não estavam de acordo com a gestão do outro lado”.⁴³

Contudo, ainda há muitas dificuldades para outros em falar dos eventos. Na apresentação da Biografia de Sita Valles, Leonor Figueiredo (2010) comenta as dificuldades que teve para coletar relatos das pessoas que conheceram Sita Valles e o que aconteceu: “Não foram poucas as portas que se fecharam, os telefonemas desligados, os e-mails ignorados. Ainda há quem não fale no caso Sita Valles. Receio de represália? Consciência de ameaças?”

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO (ATD). Luanda, Angola, 2023. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/>.

CAHEN, Michel. “Luta de emancipação anticolonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. *Revista Africana Studia* (Porto, Faculdade de Letras, Centro de estudos africanos), 2006. p. 39- 67.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Independência, conflito pós-colonial e competição Leste-Oeste em Angola: 1975-1976 – reavaliando as fontes diplomáticas brasileiras. *Afro-Ásia*, n. 65 (2022), p. 427-478.

CAPOCO, Zeferino. *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2013.

CARVALHO, Paulo. *Angola, quanto tempo falta para amanhã?* Oeiras, PT: Celta Editora, 2002.

DÁSKALOS, Sócrates. *Um Testemunho para a História de Angola*. Do Huambo ao Huambo. Lisboa: Vega, 2000.

⁴³ Entrevista Francisco RASGADO. Cf. <https://www.dw.com/pt-002/27-de-maio-%C3%A9-hora-de-abra%C3%A7ar-e-perdoar/a-62069236> [Acesso, 28/05/2023]

DIREITO, Nuno Miguel Pinto Martins. Angola: fonte de tensões entre Portugal e a ONU

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Tese (Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: UFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Leonor. Sita VALLES: revolucionária, comunista até à morte (1951-1977). Lisboa: Alêtheia Editores, 2010.

LIBERATO, Ermelinda. “Angola revisitada. Resenha: PACHECO, Carlos. Angola: um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo. Lisboa: Nova Vega, 2011, 359 p.” In: Sociedade e Cultura, vol. 15, núm. 2, julho-diciembre, 2012, p. 439-441.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2012.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola: Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem – o 27 de maio de 1977*. 10 ed. Alfraide, Portugal: Texto, 2015.

MILHAZES, José. “Golpe Nito Alves” e outros momentos da História de Angola vistos do Kremlin. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.

PACHECO, Carlos. *Angola: um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo*. Lisboa: Nova Vega, 2011.

PACHECO, Carlos. *Agostinho Neto - o perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva*. Lisboa: Nova Veja, 2016.

PERES, Fátima D’Alva Penha Salvaterra. A revolta activa – os conflitos identitários no contexto da luta de libertação nacional. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Universidade Nova de Lisboa/FCSH, 2010.

PUTILIN, Boris. “Fornecemos armas ao MPLA”. In: Memórias de participantes e testemunhas directas da guerra civil em Angola”. Moscovo, 2009. In: MILHAZES, José. “Golpe Nito Alves” e outros momentos da História de Angola vistos do KREMLIN. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.

TALI, Jean-Michel Babeko. Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Vol. I e II. Ensaio de História Política. Luanda: Nzila, 2001.

VIDEIRA, Manuel. *Angola, um intelectual na Rebelião*. Lisboa: Editora Guerra & Paz, 2021.

DADOS DE AUTORIA

Giselda Brito Silva

Pós-doutora pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL); doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora e pesquisadora do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) com atuação de Ensino no Curso de Licenciatura em História (Presencial e a Distância) e da Pós-graduação em História. E-mail: giselda.brito@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0752-4590>